



XI SEMINÁRIO ESTADUAL DO ECA NO PARANÁ NO ANO DE 2024

Paula Marçal Natali (UEM)

Thaís Godoi de Souza (UEM)

Fernando Yago Akamatsu (NPCA - UEM) Discente do curso de Artes Cênicas (UEM),

Bolsista Extensão.

E-mail: ra126847@uem.br

Resumo:

No dia 14 de junho de 2023, a Universidade Estadual de Maringá (UEM) foi sede do XI Seminário Estadual do ECA, com o tema: “Ser criança e ter infância: desafios para efetivação da garantia dos direitos infanto-juvenis no Brasil”. O objetivo do Seminário foi promover reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente em uma perspectiva analítica, a fim de somar no fortalecimento das políticas públicas e garantia de direitos voltadas à infância e adolescência brasileira, em específico, do Estado do Paraná. A programação reúne atividades como oficinas, mesa redonda orientada por arte, música e imersão no universo lúdico. Este trabalho busca discorrer sobre o histórico do seminário e sobre como e o que foram as atividades propostas no dia do seminário, analisando as temáticas, participantes e afins, tudo com o intuito de reivindicar a ampliação e garantia de direitos das crianças e adolescentes, desenvolver e incentivar ações e esforços no sentido de que as demandas encontradas e discutidas no dia sejam atendidas e as violações cessem.

Palavras-chave: Garantia de direitos; Infância; Estatuto da Criança e Adolescente

1. Introdução

O objetivo do texto é apresentar a construção do XI Seminário do Estatuto da Criança e do Adolescente do Paraná, o qual ocorreu nas dependências da Universidade Estadual de Maringá no dia 14 de junho de 2024 e que teve como comissão organizadora o Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente.

Juntamente ao NPCA a construção do Seminário contou com a participação de diversas instituições do estado do Paraná. Com o tema *Ser criança e ter infância: desafios*



para a garantia dos direitos infanto-juvenis no Brasil, no dia 14 de Junho de 2024 na cidade de Maringá/PR na Universidade Estadual de Maringá, das 9h as 11h30.

2. Núcleo Transdisciplinar de Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente/NPCA.

A história do Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (PCA) da Universidade Estadual de Maringá ganhou um novo capítulo. Agora, como Núcleo de Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (NPCA) no ano de 2024. Essa trajetória teve início no ano de 1992, motivado pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como um Programa de assessoria, capacitação, incidência social e produção científica, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura-PEC da Universidade Estadual de Maringá-UEM.

O NPCA contempla diversos projetos de extensão e pesquisa. O Projeto Brincadeiras com meninos e meninas de e nas ruas” (extensão); o “Projeto Serviço Social e a mídia como instrumento de defesa dos Direitos Humanos” (extensão) e têm como princípio fundamental a defesa dos direitos humanos e sociais, assim, este projeto de extensão busca, por meio dos meios midiáticos e de comunicação difundir os direitos sociais, e realizar o enfrentamento contra as formas de violação.

A pesquisa “Educação Social e Ludicidade” o qual investiga gestores municipais, Educadores Sociais, instituições e ações de Educação Social, a fim de coletar e analisar dados relevantes sobre estas ações realizadas com crianças e adolescentes com direitos violados, visando o fortalecimento da área da Educação Social e sua discussão nas políticas públicas educacionais. Outra pesquisa trata-se do projeto “O Educador Social no Brasil: normatização e profissionalização” discorre sobre a luta a favor da valorização da área da Educação Social no Brasil, a profissionalização e da normatização da Educação Social no Brasil.

3. Participação e organização de espaços formadores sobre direitos de crianças e adolescentes: uma análise do XI Seminário Estadual do ECA no Paraná no ano de 2024



O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA completou 34 anos em julho de 2024, ocorreu pela primeira vez em 2008, na cidade de Curitiba, depois o grupo decidiu que ele deveria viajar pelo PARANÁ após percorrer diversas cidades e estados do Brasil e constituir-se como ferramenta base para o trabalho de defesa de crianças e adolescentes em todo o território nacional. A fim de promover discussões sobre a garantia de direitos a crianças e adolescentes, faz-se necessário reunir distintos profissionais que atuam na rede de atendimento a esses grupos, bem como toda a sociedade na reflexão sobre violação e garantia de direitos a esse público.

O objetivo do Seminário foi promover reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente em uma perspectiva analítica, a fim de somar no fortalecimento das políticas públicas e garantia de direitos voltadas à infância e adolescência brasileira, em específico, do Estado do Paraná. O tradicional evento é direcionado aos adolescentes, jovens, educadores (as) sociais, professores (as), assistentes sociais, psicólogos (as), conselheiros (as) tutelares, conselheiros (as) de direitos paranaenses a fim de incorporar lógicas participativas e propositivas que envolvam reflexões e reivindicações dos participantes em todas as etapas do Seminário.

No ano de 2024, o intuito do Seminário foi promover reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente em uma perspectiva analítica, a fim de somar no fortalecimento das políticas públicas e garantia de direitos voltadas à infância e adolescência brasileira, em específico, do Estado do Paraná. O Seminário contou com a participação de educadores (as) sociais, professores (as), conselheiros (as) tutelares, assistentes sociais e adolescentes a fim de incorporar lógicas participativas e propositivas que envolvam reflexões e reivindicações dos participantes em todas as etapas do Seminário.

3.1 Programação manhã palestrantes e participantes adolescentes

. O dia do seminário foi iniciado com a apresentação artística do grupo de teatro Meu Clown, posteriormente tivemos a mesa redonda com a temática: Ser criança e ter infância: desafios para efetivação da garantia dos direitos infanto-juvenis no Brasil, com mediação do professor Prof. Dr. Marcelo Adriano Colavitto do Instituto Federal do Paraná e da e os convidados foram: Isadora Caldeira Brant - criança representante da cidade de Maringá, Raul Zainedim da Rocha - Adolescente representante do CEDCA/PR e CPA Nacional do



CONANDA – MDHC, Mayara Kaingang da Terra indígena de Apucarantina, estudante da rede pública de Maringá, residente da associação da Indigenista de ASSINDI e a Profa. Dra. Patrícia Cruzelino Rodrigues- Prefeitura de Maringá/Secretaria Municipal de Esporte e Lazer/Associação de Educadores Sociais de Maringá-AESMAR

3.2 Programação tarde – oficinas e suas temáticas

No período vespertino foram realizadas doze oficinas com temáticas diferentes e pertinentes ao tema do seminário. Foram elas: A escuta da revelação espontânea de crianças e adolescentes em situação de violência; Direito a Brincar na Rua; Teias de afeto - a atuação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Roda de conversa: letramento racial e relatos de resistência; Percussão - Sons que transformam; Crianças, adolescentes, deficiência e esportes: Possibilidades e caminhos para a inclusão; Oficina de Parentalidade na Prática e a Comunicação Não Violenta: uma mediação para a vida; Educando para o respeito às diversidades: gênero e sexualidade infanto juvenil; Oficina de danças urbanas stress dance e break dance; Direito à Cidade: por um transporte público e de qualidade; Escolas, Direitos e violência (oficina direcionada para o público adolescente, jovem e adulto); Educação Social e Direitos: regulamentação profissional, formação, princípios e incidências educativas com crianças e adolescentes (oficina direcionada para o público adulto)

3.3 Ato final –

Para o encerramento de cada oficina foi oferecido uma cartolina colorida para que os membros participantes de cada oficina registrassem as reivindicações e principais questões debatidas nas respectivas oficinas sobre a garantia de direitos referente ao tema da oficina. Em seguida os grupos se reuniram em um campo aberto da UEM para unir as cartolinas (que possuíam formatos específicos para tal) para construir um barco de papel, feito em conjunto e constando todas as reivindicações coletadas durante as oficinas.



Figura 1. Cartaz do XI Seminário do ECA 2024

Fonte: Cartaz do XI Seminário do ECA 2024. Digital, 15.92cm X 8.11cm. Design: Núcleo Transdisciplinar de Defesa e Pesquisa da Criança e do Adolescente.

4. Considerações

Após o evento, ficaram algumas reivindicações para a ampliação e garantia de direitos das crianças e adolescentes, aspiramos que os diferentes segmentos que tenham acesso a esta carta, desenvolvam ações e esforços no sentido de que essas demandas sejam atendidas e as violações cessem. Concluindo, é de suma importância a existência do seminário de defesa do ECA, e que possamos prosperar para a melhoria cada vez mais melhorias dentro do evento, para que assim possa se ampliar as escutas e dar espaço para estudarmos demandas e problemáticas acerca do que tange os direitos da criança e do adolescente

Referências

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 7ª Edição. Brasília, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

NUNEZ, Violeta. **Pedagogia Social**: Cartas para Navegar em el nuevo milênio. 2. Ed. Buenos Aires: Ediciones Santilana, 2004.



Relatórios do Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e nas ruas. UEM: NPCA, 2023.